

IMPOSTO DE RENDA

Senado aprova 60 dias para restituição



Presidida por Miranda (à esquerda), a Comissão aprovou o projeto do IR em caráter terminativo

A Receita Federal terá o prazo máximo de 60 dias para restituir ao contribuinte o valor do imposto de renda retido na fonte ou pago antecipadamente em montante superior ao devido. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em caráter terminativo. O prazo da devolução será contado a partir da data de entrega da declaração anual.

A proposta aprovada prevê ainda que, em caso de atraso, serão pagos ao contribuinte juros de mora à razão de um por cento ao mês, calculados sobre o valor devido (corrigido com base no mesmo índice utilizado para atualização dos débitos fiscais da União). O projeto foi relatado favoravelmente pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF).

Sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a comissão aprovou, também, substitutivo do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) a projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que regulamenta a distribuição de prêmios e os sorteios.

Pelo projeto, fica proibido a qualquer pessoa física ou jurídica distribuir prêmios mediante sorteios, exceto quando tais operações tiverem origem em sorteios organizados por instituições declaradas de utilidade pública e que se dediquem exclusivamente a atividades filantrópicas com o fim específico de obter recursos destinados ao custeio de obra social.

CPI ouve denúncias da Funai

Página 4

Lucena cobra política para o Nordeste

Página 3

Obra parada preocupa senadores

Página 4

Plenário não abre processo contra Ernandes Amorim

Com base em parecer proferido pelo corregedor do Senado, Romeu Tuma (PL-SP), o plenário decidiu arquivar, por falta de provas, a proposta de instalação de comissão para processar o senador Ernandes Amorim (PDT-RO)

por infração ao decoro parlamentar. O relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), discordou da decisão,



Ernandes Amorim

advertindo que ela poderá trazer prejuízos à Casa, se as investigações das autoridades judiciárias concluírem que havia fundamento nas denúncias.

O relato de Tuma foi fundamental para o convencimento dos senadores.

Disse o corregedor: "Não encontrei em lugar nenhum, nem por indícios, fatos que vinculem o senador Ernandes Amorim ao narcotráfico".

Embaixador passa em sabatina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem, após sabatina e escrutínio secreto, a indicação do nome do diplomata Gilberto Coutinho Paranhos Velloso para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Chile. A indicação será encaminhada, agora, à apreciação do Plenário da Casa.

Emendas ao Código de Trânsito só até o dia 8

A Comissão Especial do Senado incumbida de examinar o projeto de Código de Trânsito Brasileiro fixou prazo até o dia 8 para o recebimento de emendas apresentadas pelos senadores. Reunida hoje pela manhã, a comissão, presidida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), decidiu que na próxima reunião, marcada para o dia 11, às 9h, será apresentado cronograma de trabalhos, com a previsão de audiências públicas e visitas aos estados para verificação de problemas e soluções relativos ao tráfego de veículos.

Comissão de Justiça aprova projeto que muda educação

Acordo abre espaço a uma eventual apreciação do mérito da proposta pela Comissão de Educação



Proposta de Josaphat (à esquerda) viabilizou entendimento

De maneira rápida e consensual, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado concluiu ontem a apreciação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com a aprovação de substitutivo oferecido pelo relator da matéria, senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). Isso foi possível graças a uma proposta de encaminhamento formulada pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que possibilita eventual exame do mérito da matéria pela Comissão de Educação.

Diante da proposta apresentada por Josaphat Marinho, o senador Darcy Ribeiro alterou o seu parecer, a fim de regimentalmente permitir a tramitação do substitutivo sem prejuízo de uma audiência de mérito na Comissão de Educação. A matéria será encaminhada agora à Mesa do Senado, para ser incluída na ordem do dia do Plenário. A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) anunciou que requererá à Mesa a remessa do projeto àquela comissão, para discussão do mérito.

Senado aprova sete acordos internacionais

O Senado aprovou ontem sete acordos e convenções internacionais assinados nos últimos anos pelo governo brasileiro. Foi rejeitado projeto de decreto legislativo com o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Faturas, concluída na Cidade do Panamá, em 1975.

Entre os acordos aprovados, está a Convenção 170 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da segurança na utilização de produtos químicos no trabalho. Pela convenção, o país que for exportar para o Brasil um produto químico proibido em seu território terá antes de fazer uma comunicação às autoridades brasileiras.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Ordinária do Senado

- Pauta:** • PLC nº 32/91, que revoga o art. 106 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil. (Em discussão)
• PLC nº 72/92, que cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte (MG), no âmbito do Ministério Público do Trabalho, cargos de procuradores do Trabalho de 2ª categoria, cargos em comissão, e dá outras providências. (Em discussão)
• PLC nº 27/93, que dispõe sobre a revigoração do prazo estabelecido no art. 32 da Lei nº 8.490/92, e dá outras providências. (Em discussão)
• PLC nº 223/93, que altera a redação do § 4º do art. 654 da CLT, que estabelece condições para inscrição no concurso para ingresso na magistratura do trabalho. (Em discussão)
• PLC nº 97/94, que autoriza a reversão ao Município de Coimbra - MG, do imóvel que menciona. (Em discussão)

COMISSÕES

CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do presidente da Federação Nacional dos Garimpeiros, José Alves da Silva. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

LIDERANÇAS

PMDB - Líder, senador Jäder Barbalho

10h - Lançamento do serviço celular fluvial - "fluvicel", que será realizado na embarcação "Fé em Deus de Afuá". Local: Trapiche Eliezer Levy, Macapá (AP).

PTB - Líder, senador Valmir Campelo

10h - Audiência pública à comunidade do DF. Local: Gabinete de apoio.

PSB - Líder, senador Ademir Andrade

10h - Viaja para São Luís (MA), onde participa de hoje até domingo de uma mesa-redonda internacional sobre Carajás.

Lucena cobra definição de política para o Nordeste

Senador reivindica a transposição das águas do rio São Francisco, entre outras soluções definitivas para a região

A definição de uma política de combate à seca, que ultrapasse as soluções emergenciais, foi um dos pedidos que o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) dirigiu ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que deverá visitar o Nordeste no dia 19 de maio.

Lucena espera que entre as medidas a serem anunciadas durante a visita, com o objetivo de incrementar o desenvolvimento regional, esteja a

transposição das águas do Rio São Francisco para o semi-árido nordestino. A outra principal reivindicação de Lucena é que o presidente assumira posição quanto ao problema da recomposição da cultura algodoeira do Nordeste, dizimada pela praga do bicudo.

Humberto Lucena também acredita ser oportuno que o presidente da República "acene para o Nordeste" com algumas soluções de caráter

mais estrutural, na linha de dois projetos que o senador já apresentou ao Congresso Nacional. O primeiro, de 1992, autoriza a conversão em cruzeiro (valor da época) da dívida externa brasileira para financiamento de projetos destinados ao desenvolvimento sócio-econômico da região. O outro dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural realizadas com produtores rurais do semi-árido do Nordeste.



Joel de Hollanda

Joel apóia pólo médico

Os recursos estaduais públicos e privados não bastam para garantir a implantação do Pólo Médico de Pernambuco e devem ser complementados por linhas de crédito federais e internacionais, conforme reivindicação do senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Segundo o parlamentar, o pólo será um centro disseminador de conhecimento científico, tecnologia e avanços no campo da assistência e do tratamento médico.

Zona Franca pode levar Cabral à oposição

"Se a Zona Franca for mutilada, vamos nos colocar em oposição ao governo", declarou ontem o líder do PP, senador Bernardo Cabral (AM). Apesar disso, ele afirmou acreditar que nas negociações em andamento com o governo provavelmente se alcançaria uma solução ainda ontem.

O motivo da rebeldia foi a edição do Decreto nº 1.475, que fixa um limite anual de importações para a Zona Franca de Manaus. Com o objetivo de impedir que as importações disparem e comprometam o equilíbrio da balança comer-



Bernardo Cabral

cial, o Ministério da Fazenda estaria, segundo o senador amazonense, impondo um contingenciamento que levará o Estado do Amazonas à beira da falência.

O decreto, segundo o senador, foi "altamente inoportuno" e definido sem consulta ao governador Amazonino Mendes ou à bancada amazonense no Congresso. Os três senadores, juntamente com o governador, reuniram-se anteontem com os ministros da Fazenda e Planejamento, Pedro Malan e José Serra, numa tentativa de reverter a decisão. Ainda ontem deveria ocorrer outra reunião, em que provavelmente chegariam a uma solução final, e um encontro com o presidente da República antes de sua viagem à Inglaterra.

Em defesa do calçado

Créditos a juros compatíveis, estancamento das importações, principalmente as da China, e redução dos tributos para exportação. Estes são os pleitos da indústria coureiro-calçadista nacional, anunciados pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele alertou que, sem essas medidas, a atual crise do setor acabará em sua literal destruição. Diante do crescimento vertiginoso do desemprego no setor, a busca de soluções concentra, segundo o senador, as preocupações do governador Antônio Brito, do empresariado e dos sindicatos gaúchos.

O estado já amarga uma redução de 42 mil postos de trabalho no setor e registrou, nos últimos meses, 69 falências e concordatas.

Pequena empresa tem benefício da Zona Franca

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto de origem do Executivo, que estende às micro e pequenas empresas de todo o país o tratamento que é dispensado às empresas localizadas na Zona Franca de Manaus e nas demais Zonas de Livre Comércio da Amazônia.

Os benefícios dizem res-

peito às operações relativas à importação de produtos estrangeiros e dão às micro e pequenas empresas o mesmo status das empresas da Amazônia.

Esses benefícios já teriam sido estendidos àquelas empresas não fosse o veto presidencial ao texto transformado na lei que estabelece normas para as microempresas e

empresas de pequeno porte. Esta lei é que define o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.

Na mesma sessão, a comissão aprovou projeto de lei não terminativo que concede parcelamento de débitos de órgãos públicos junto ao FGTS, dando um prazo de 25 anos para o pagamento.

Obras paradas preocupam senadores

Comissão de Assuntos Econômicos convoca presidente da CEF para explicar novo plano que destina R\$ 500 milhões a moradia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), decidiu convocar o presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutollo, para prestar esclarecimentos sobre o plano de aplicação de R\$ 500 milhões e a distribuição de recursos destinados à casa própria, por estados e regiões. A data do comparecimento do presidente da CEF ainda será definida.

Preocupados com o volume de obras inacabadas existentes no Brasil, os membros da comissão decidiram também solicitar ao governo federal a re-

lação dessas obras, discriminando seus respectivos percentuais de realização. Para confronto com tais informações, serão expedidos ofícios aos governadores dos estados solicitando os mesmos dados.

Segundo explicou José Agripino, a medida tem como principal objetivo ajudar o governo a encontrar soluções, porque, segundo os senadores, a não-continuidade de obras com até 95 por cento de sua construção já concluídos representa sério prejuízo para o país. Manifestaram-se favoráveis à iniciativa os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Freitas Neto

(PFL-PI), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Romeu Tuma (PL-SP), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Em reunião na noite de quarta-feira, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou projetos de lei, oriundos da Câmara dos Deputados, dispostos sobre a inclusão de vários trechos ferroviários e de trecho rodoviário no Plano Nacional de Viação. José Agripino informou que na Comissão existem apenas mais oito projetos em tramitação e que em breve espera ver a pauta zerada.



Gaudêncio Torquato

Atenção ao eleitorado racional

O professor Gaudêncio Torquato, especialista em marketing político, disse ontem, ao participar no Senado do Ciclo de Palestras sobre Comunicação Social e Marketing Político, que o crescimento do chamado eleitorado racional é uma realidade que deve ser atentamente observada pelos políticos. Esse segmento, segundo seus cálculos, situa-se atualmente em 25% e vem ganhando terreno frente ao que ele tipifica como eleitorado emocional.

Na conferência, que integra o Ciclo de Palestras promovido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, Gaudêncio Torquato fez a distinção entre marketing político e marketing eleitoral, que, em sua opinião, equivocadamente detém a preferência dos políticos frente ao primeiro, mas que é de eficácia limitada.

Presidente da Funai denuncia mineradoras

A população de 34 áreas indígenas no Brasil tem sofrido o impacto da exploração mineral, que só favorece pequenos grupos empresariais e não traz nenhum benefício ao país. Foi o que afirmou o presidente da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro, em depoimento ontem perante a CPI do Senado que apura denúncias de irregularidades no setor mineral brasileiro.

Dinarte esclareceu que a exploração em reservas indígenas carece de regulamentação, acrescentando que "a mineração só traz problemas



Ouvido por Tebet e Juca, Dinarte (E) presta depoimento

à Funai e prejuízo ao índio".

Ao contrário dos depoentes já ouvidos, Dinarte Madeiro fez sua exposição inicial em apenas um minuto, o que causou surpresa aos membros da comissão. A propósito, o pre-

sidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que Madeiro prestou o "mais curto depoimento" da história do Parlamento, mas trouxe informações importantes.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos

1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros

3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim

Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Luiz Alberto de Oliveira e Ney Suassuna

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios

Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos

Editores – Djalba Lima e Edson de Almeida

Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho

Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal